

## PRECARIZAÇÃO ESCOLAR E O INDIVÍDUO NA SOCIEDADE

Diego Cassettari

A disciplina Psicologia Escolar I me trouxe questionamentos que giram em torno da precariedade da educação pública nacional. Dentre os problemas apontados, destaca-se o baixo investimento nas necessidades educacionais da população. Também experimentei uma sensação de estranhamento que surgiu em discussões com colegas sobre a nossa constante busca prioritária por um diploma que traga reconhecimento social e retorno financeiro, não conhecimento em si.

Com base em vivências pessoais de escolarização na educação pública brasileira, em que vivi o processo de escolarização debilitado como é, e por meio de aprendizados conduzidos no decorrer do curso de Psicologia, interessa-me questionar por que, ainda nos dias atuais, a educação escolar continua proporcionando, por seu modo de condução, uma estratificação intensificadora de desigualdade social que resulta na invisibilidade de indivíduos que não concluíram sua formação educacional.

A educação reduzida ao grau de escolarização gera a perpetuação de sua mercantilização, evidenciando a “lente” economicista, na qual o interesse deixa de ser a formação, para valorizar e priorizar a certificação como produto desejado pela sociedade escolarizada capitalista. O diploma se torna produto desejado e almejado, visto que gera reconhecimento social e diminui a possibilidade de exclusão social, e no mercado de trabalho.

Historicamente, de acordo com Souza (2017), observa-se a escolarização ser realizada de forma distorcida no contexto brasileiro, não se visa à formação do indivíduo, mas às exigências do mercado, práticas que são sustentadas pela visão neoliberal. Essa visão de educação escolar que se perpetua foi inspirada em sistemas de ensino e de metodologia utilizados em outros países durante o século XX, não condizem com contextos vividos por brasileiros. Essas propostas importadas não coadunam com uma educação emancipadora, mas sim com o projeto civilizatório neoliberal. Podemos verificar, no decorrer dos nossos governos, que não houve uma política de Estado de Educação a longo prazo, forma essa que é mantida seja por omissão ou por real intenção de continuidade dessa lógica instituída. Como se pode acompanhar no texto de Souza (2017), o caminho que percorremos foi contra a ideia de acesso igualitário de educação, atendendo primariamente os interesses de uma classe dominante. Não houve, no decorrer da história, uma preocupação com o atendimento da necessidade social.

De modo geral, a sociedade foi e é continuamente conduzida para a visão de que apenas indivíduos escolarizados e munidos de diplomas tenham presença minimamente participativa na sociedade. Apenas alguns têm essa oportunidade (prevalece a visão neoliberal), e esses indivíduos tendem a perpetuar essa lógica de educação; as oportunidades que lhes são dadas não são estendidas de modo igualitário para toda a sociedade. Além disso, os indivíduos que não têm acesso à educação de qualidade são levados a pensar que a falta de oportunidade ou conquista de um diploma é consequência de pouco esforço. Assim, por meio dessa lógica é que se perpetuam os domínios de poder.

Historicamente, como se pode acompanhar no texto de Souza (2017), o caminho que percorremos foi contra a ideia de acesso igualitário de educação, pois se manteve e ainda se mantém majoritariamente os pobres fora das possibilidades de participação no mercado de trabalho. Mesmo o curto período histórico de democratização da educação não alcançou resultados expressivos. Tem-se então uma educação calcada num discurso humanista falseado. Se levarmos em conta a leitura de Mundim Neto (2017), esse homem não possui uma realização na sociedade e nem na história, não possui um valor em si, e assim não tem atendidas as legítimas necessidades humanas de uma vida em comum na sociedade.

Nesse cenário, podemos perceber a segregação social, em que indivíduos com menores condições para investimentos, principalmente financeiro, são mantidos afastados da possibilidade de ascensão social, e não apenas isso, são também relegados a um ambiente de exclusão. Esse formato de sociedade traçou, no decorrer do desenvolvimento urbano e da forma educacional presente, caminhos excludentes que deram origem e perpetuaram a pobreza, forçando indivíduos a procurar brechas no capitalismo para sobreviver, tornando-os marginais. (TUNES, 2017)

Essa forma de exclusão é social e historicamente condicionada aos menos favorecidos em meio ao capitalismo instaurado. Tunes (2007) destaca que a pobreza, como exclusão, se torna uma "fatalidade", a sociedade devidamente escolarizada não se reconhece como produtora dessa exclusão. O caminho neoliberal, reforçado pelo modelo de educação, faz parecer que aqueles que não se firmam em um trabalho de modo a se sentirem realizados não conseguem porque não se esforçam. Além disso, ainda de acordo com a autora, indivíduos escolarizados se isentam dessa responsabilidade, causando uma ruptura nos laços de solidariedade. Temos ainda a exclusão gerada pelo monopólio radical da educação, na qual o indivíduo é obrigado a se encaixar em parâmetros escolares rigidamente estabelecidos para, somente então, ter minimamente a possibilidade de sonhar com uma ascensão social.

Hoje, em meio à pandemia do coronavírus, temos mais uma vez clara a exposição da mercantilização da educação. Devido ao isolamento social, é necessário possuir um computador em casa e acesso à internet para a manutenção dos estudos, e o acesso a ambos os produtos é bastante restrito a indivíduos com boas condições financeiras. Cabe destacar aqui que a maior parte da população brasileira não tem acesso a computador ou telefone com acesso à internet, muito menos a outras ferramentas tecnológicas ou livros de qualidade.

Citando o vestibular como outro exemplo atual, aplicado nacionalmente como "meio igualitário de acesso à educação superior", tem-se a possibilidade de ser mantida a data oficial de sua realização, apesar da situação de excepcionalidade provocada pela atual fase de pandemia, com afirmações de que somente não estuda quem não quer, o que confirma a exclusão de um grupo social e a falta de princípios humanistas expressada por alguns que possuem boas condições socioeconômicas. Parte das pessoas que têm a oportunidade de manter os estudos deixam de levar em consideração a grande parte da população que não tem acesso a um ensino adequado.

Assim é mantido o controle sobre aqueles que querem ascender socialmente para conseguir acesso a melhores condições de sobrevivência. A essas pessoas, por fim, destinam-se os trabalhos considerados "menos dignos" socialmente, com ínfima remuneração e péssimas condições trabalhistas.

Como resultado, vemos indivíduos que não têm possibilidade de acesso a um ensino de qualidade e que têm péssimas condições de se manter no sistema que rege nossa sociedade. Eles são impedidos de uma participação social mais expressiva e se tornam excluídos. São mantidos no nível de pobreza, como consequência da precária escolarização existente em nosso país, e assim são perpetuadas as situações de exclusão. Por fim, percebe-se que existe um possível interesse que se mantenha esse modelo de educação, para que haja uma possibilidade de controle social. Ou seja, os sujeitos que não possuem recursos ou possibilidades de se enquadrarem na instituição escolar seguirão ocupando as posições mais inferiores do ponto de vista da formação da sociedade, o que atende aos interesses neoliberais.

## **REFERÊNCIAS**

MUNDIM NETO, J. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?** (Tese de Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

SOUZA, J.M.E. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora.** (Tese de Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

TUNES, Elizabeth (Org). O Silêncio ou a Profanação do Outro. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, 2007.